

POLÍTICA HABITACIONAL, TRAMAS E “INVISIBILIDADE” DOS MOVIMENTOS DE LUTA POR MORADIA NAS CIDADES MÉDIAS

Cleiton Ferreira da Silva

Universidade Estadual Paulista – UNESP, Presidente Prudente

cleitonf4@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo problematiza a política habitacional contemporânea e o impacto na produção e consumo de habitação nas cidades médias, bem como a inexpressividade de movimentos sociais sem-tetos organizados e a ausência de certa combatividade, seja na participação de conselhos municipais, na contraposição a um modelo essencialmente de mercado ou na disputa de locais para moradias com melhor localização e infraestrutura urbana. O objetivo aqui é tensionar como a política pública de habitação e as tramas políticas locais, tem rebatido nas ações e práticas dos movimentos de luta por habitação nas cidades analisadas. Este trabalho é resultante, portanto, das primeiras reflexões a partir de um projeto de pesquisa que está sendo desenvolvido denominado “Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos e formas”.

Palavras-chave: Política. Moradia Popular. Ativismos.

POLÍTICA HABITACIONAL, TRAMAS E "INVISIBILIDAD" DE LOS MOVIMIENTOS DE LUCHA POR LA VIVIENDA EN CIUDADES MEDIAS

RESUMEN

Este artículo trae la problemática de la política habitacional contemporánea y su impacto en la producción y consumo de vivienda en las ciudades medias, tanto como inexpressividad de los movimientos sociales sin techo, como la ausencia de cierta combatividad, sea a través de la participación en los consejos municipales, oponiéndose a un modelo esencialmente de mercado, o disputando lugares concretos destinados a vivienda con mejor localización e infraestructura urbana. El objetivo es tensionar cómo la política pública habitacional y las tramas políticas locales han repelido las acciones y prácticas de los movimientos de lucha por la vivienda en las ciudades analizadas. Este trabajo es resultado de las primeras reflexiones a partir de un proyecto de investigación que está desarrollándose denominado "Fragmentación socioespacial y urbanización brasileña: escalas, vectores, ritmos y formas".

Palabras clave: Política. Vivienda Popular. Activismos.

INTRODUÇÃO

Ao estudar a política habitacional contemporânea e o papel dos sujeitos sociais contra-hegemônicos¹, na produção e consumo da habitação nas cidades médias, identificou-se a partir das pesquisas em várias delas, um forte impacto da política habitacional de mercado e a inexpressividade de movimentos sociais sem-tetos organizados, além da ausência de sua combatividade, seja na participação dos conselhos municipais, na contraposição a um modelo hegemônico mercadológico de provisão de moradias ou até mesmo, nas próprias análises e pesquisas que são realizadas sobre o espaço urbano nas supracitadas cidades.

O que tem se observado, muitas vezes, é a incorporação de movimentos de luta por habitação nos programas oficiais de moradias, especialmente o PMCMV, mesmo que este modelo seja

¹ Este artigo realiza uma primeira aproximação para identificar e analisar, no plano das cidades brasileiras (Chapecó/SC, Dourados/MS, Ituiutaba/MG, Marabá/PA, Maringá/PR, Mossoró/RN, Presidente Prudente/SP, Ribeirão Preto/SP e São Paulo/SP) as contradições observadas nos processos de produção e consumo da habitação dos sujeitos não hegemônicos, materializados através dos movimentos de luta por moradia e direito à cidade. As análises são feitas, a partir da pesquisa Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos e formas (Processo FAPESP: 18/07701-8), que vem investigando processos da urbanização contemporânea nas dimensões trabalhar, lazer, habitar, mobilidade e consumir. Nosso foco aqui neste trabalho, está centrado nas cidades médias do projeto, sob a perspectiva da dimensão habitar.

potencializado pelo processo de periferização das unidades construídas, da realocação e reterritorialização das famílias atendidas e das limitadas condições de saneamento básico e infraestrutura das moradias construídas. Há ainda, a preponderância de ativismos pela moradia com alto grau de cooptação e clientelismo ou pragmáticos (na busca eminente da propriedade titulada), com grau reduzido de mobilizações e ações diretas frente aos poderes públicos locais, no que se refere ao direito à cidade. Incorpora-se, portanto, uma trama complexa e que, muitas vezes, tem amortecido as lutas sociais e a contraposição a um modelo de urbanização fragmentada e de periferização, em meio a um cenário atual de desmobilização das lutas populares urbanas.

Objetiva-se, portanto, tensionar a política pública de habitação, os fatores que induziram tal inexpressividade e as tramas políticas locais, no rebatimento das ações e práticas dos movimentos de luta por habitação e dos elementos que têm modificado, a maneira de “conquistar” a moradia popular nas cidades médias. Pois, ao identificar o crescimento populacional e econômico destas cidades e, a permanência e/ou crescimento do déficit habitacional em algumas delas, questiona-se por que os movimentos não se materializam na atualidade no espaço urbano ou em parte das cidades analisadas? Qual o impacto das políticas públicas de habitação social nas cidades? Como os ativismos com forte conotação clientelista e de cooptação tem se apresentado ultimamente?

Neste sentido, a partir das pesquisas com levantamento bibliográfico e de dados², trabalhos de campo exploratórios³, realizados no segundo semestre de 2019, entrevistas informais e focalizadas⁴ com lideranças de ocupações urbanas, movimentos sem-teto, presidentes de associações de moradores e gestores públicos, chegou-se à hipótese de que o impacto da política pública de habitação, o grau de precariedade e déficit habitacional e, a existência de estratégias políticas locais de amortecimento das lutas sociais e dos conflitos, contribuem para a (in)existência ou a (in)expressividade dos sujeitos coletivos nas cidades analisadas.

O artigo está estruturado na contextualização e compreensão de cidades médias, levando em consideração nos últimos anos, o crescimento populacional (ANDRADE e SERRA, 2001; GRASSI, 2008), o impacto do fenômeno da globalização (SOARES, 1999; SILVEIRA, 2002; DAMIANI, 2006) e dos papéis econômicos (SPOSITO, 2001). Em seguida, analisa-se a política habitacional e as hipóteses sobre a inexpressividade dos movimentos nas respectivas cidades, a partir da contextualização dos dados e a discussão teórica em (FILHO, 1994; ROLNIK, 2009; SHIMBO, 2010; ROLNIK et al., 2014; FIX e PAULANI, 2019), e, por fim, discute-se as consequências do ponto de vista socioespacial, o “novo padrão” de urbanização capitalista e as maneiras de “conquista da moradia popular” pelos movimentos.

CONTEXTUALIZANDO AS CIDADES MÉDIAS

Em primeiro lugar, é importante esclarecer que cidades médias aqui, não estão caracterizadas pelo contexto populacional, definida comumente pelo porte a partir do número de habitantes, mas pelo fato de exercerem a característica de polo, de funções e importância de comando frente a outras cidades (SPOSITO, 2001). Um papel de intermediação entre as pequenas e grandes cidades, cujo crescimento vem sendo demonstrado ao longo dos anos (ANDRADE e SERRA, 2001; GRASSI, 2008).

Frente às crises das metrópoles, difundiu-se também o discurso de desvalorização das megacidades e enaltecimento das cidades de médio e pequeno porte (BITOUN et al., 2017) ou como uma alternativa à geração de emprego e renda, infraestrutura e serviços e na produção descentralizada, ampliando a participação no sistema urbano brasileiro (MATOS, 2000), resultando, portanto, na interiorização da urbanização (MATOS e RAMOS, 2015). Paralelamente, a globalização e o meio técnico científico têm alterado substancialmente as funções e importância destas cidades, seja na rede urbana, no potencial industrial ou mesmo na redefinição de seu papel funcional.

² População, contratações pelo PMCMV (faixa 1) e déficit habitacional por município, unidades habitacionais conquistadas através da modalidade PMCMVE, entidades habilitadas para atuação na área urbana e saldo de empregos formais em cada município.

³ Dados coletados e trabalhos de campo realizados em todas as cidades, tendo o autor participado nas cidades de Dourados-MS, Marabá-PA, Mossoró-RN e Presidente Prudente-SP.

⁴ A partir de Gil (2011) realizou-se a entrevista informal e a focalizada. Enquanto a primeira tem um caráter exploratório e aproxima o pesquisador do problema pesquisado, a segunda, enfoca um tema específico, sendo permitido ao entrevistado falar livremente do assunto, mas com esforço do entrevistador em voltar ao foco, quando percebe que o entrevistado começa a desviar-se.

Foi neste contexto de crescimento econômico, participação do Estado em políticas públicas e descentralização de indústrias, que municípios classificados pelo IBGE (2008; 2019) como centralidades de patamar intermediário na hierarquia urbana brasileira (Capitais Regionais, Centro Sub-regionais e Centros de zonas regionais), demonstraram elevado crescimento populacional entre 2000 e 2010⁵ (CARVALHO, 2003; BITOUN et al., 2017), tornando-se também focos de deslocamentos pendulares interurbanos da população (BITOUN et al., 2017), ou seja, embora com o declínio da taxa de crescimento médio anual recentemente, em grande parcela das cidades médias, as taxas de crescimento continuaram maiores que um conjunto de cidades metropolitanas entre os anos de 1991 e 2010 (Tabela 1).

Tabela 1 - Taxa de crescimento médio anual da população nos municípios selecionados.

Cidades médias	1991/2000	2000/2010	Cidades metropolitanas	1991/2000	2000/2010
Chapecó-SC	1,99	2,25	Curitiba-PR	2,11	0,99
Dourados-MS	2,17	1,74	São Paulo-SP	0,88	0,76
Ituiutaba-MG	0,58	0,87	Belo Horizonte-MG	1,15	0,59
Marabá-PA	3,46	3,35	Belém-PA	0,32	0,85
Maringá-PR	2,06	2,15	Fortaleza-CE	2,15	1,36
Mossoró-RN	3,46	3,35	Recife-PE	1,02	0,78
Pres. Prudente-SP	1,5	0,93	Porto Alegre-RS	0,83	0,35
Ribeirão Preto-SP	1,63	1,82	Rio de Janeiro-RJ	0,74	0,76

Fonte - IBGE (1991; 2000; 2010).

Concomitantemente, há o fenômeno de crescimento exponencial do fluxo migratório (SOUZA, 2015a; ELIAS e PEQUENO, 2020), como os índices verificados na cidade de Marabá⁶ e Mossoró (COUTO, 2011) por exemplo. Redundando, portanto, no próprio aumento populacional.

Uma das premissas para este fenômeno está na atração destes fluxos pelas atividades econômicas desenvolvidas nestas cidades, como o avanço agrícola, a atividade industrial e a extração mineral, fortemente amparados pelo papel do Estado. Entre as atividades estão o agronegócio em Dourados (CABREIRA, 2010), o petróleo e gás, a fruticultura irrigada e a extração do sal em Mossoró (ELIAS e PEQUENO, 2010) e, a extração mineral em Marabá (ALMEIDA, 2008; MONTEIRO LOBATO e EMMI, 2014), além da inserção e da tecnificação da economia, comunicação e diversificação dos serviços no conjunto das cidades médias, nos últimos anos (SANTOS E SILVEIRA, 2001).

Amparou-se também, na expansão das cidades em direção às áreas rurais, através da conversão das terras rurais em urbanas (SOUZA, 2015b). Ascendendo áreas mais periféricas e distantes do centro⁷, confluindo espaços ricos e pobres, mas segregados territorialmente. Os primeiros em condomínios fechados horizontais e verticais, por exemplo, e, os segundos, nas áreas desprovidas de condições básicas de habitabilidade, intensificando a pobreza no contexto intra-urbano e na exclusão social (ANDRADE et. al., 2001; CARVALHO, 2003; GUIMARÃES et. al., 2005) ou no crescimento da favelização das chamadas cidades do agronegócio como em Mossoró e Dourados (ELIAS e PEQUENO, 2020).

Este quadro fez ascender cenários de pobreza urbana (IBGE, 2010) e déficit habitacional, verificados até então, com maior impacto, nas cidades metropolitanas. Tendo repercutido diretamente no

⁵ Análises das informações do Censo 2010 apontam que dos 676 municípios classificados nessas centralidades de patamar intermediário, 39,6% (num expressivo número de 268 centralidades) apresentaram crescimento populacional acima da média da categoria de cidades situadas fora das aglomerações urbanas (1,05% a.a.), entre 2000-2010” (BITOUN et. al., p. 51).

⁶ A título ilustrativo, a população de Marabá teve um acréscimo populacional, entre 2000 e 2013, da ordem de 50% (MONTEIRO LOBATO e FERREIRA, 2014).

⁷ Elias e Pequeno (2020) ao analisar a questão habitacional nas chamadas cidades do agronegócio, falam destas características observada por nós em várias das cidades analisadas neste trabalho.

aumento da favelização, ocupações, coabitações, habitações subnormais, precárias e no próprio déficit (Tabela 2).

Tabela 2 - Déficit habitacional total.

Municípios	2010	2015⁽¹⁾
Chapecó-SC	5.285	5.529
Dourados-MS	6.377	6.693
Ituiutaba-MG	3.654	3.773
Marabá-PA	10.969	13.466
Maringá-PR	10.514	10.587
Mossoró-RN	9.892	10.563
Pres. Prudente-SP	5.697	5.766
Ribeirão Preto-SP	21.678	21.815

Nota: ⁽¹⁾ Prévia com base na PNAD de 2015 publicado em 2017.

Fonte - Fundação João Pinheiro (2010; 2015).

Há uma gama de trabalhos de análise das cidades médias nos últimos 20 anos, que cresceram à medida que elas ganhavam visibilidade e importância de investimentos, seja pelo fenômeno da globalização (SOARES, 1999; SILVEIRA, 2002; DAMIANI, 2006), do crescimento populacional (ANDRADE e SERRA, 2001), da centralidade (WHITACKER, 2007; OLIVEIRA JUNIOR, 2008), dos contextos e papéis econômicos (SPOSITO, 2001) ou das funções regionais e de intermediação na rede urbana (SPOSITO, 2006). Todavia, uma breve análise sobre trabalhos acerca dos movimentos sociais urbanos em cidades médias, especialmente os de luta por moradia e direito à cidade, os estudos são extremamente reduzidos e pontuais, limitando-se em análises particularizadas (FILHO e COSTA, 2010; CAPUCHINHO, 2012; SPINELLI e SOARES, 2013).

Se focarmos nas cidades médias do projeto temático, o número de publicação é mínimo⁸. Enxerga-se, com certa exclusividade, a produção do espaço sob a ótica hegemônica do capital como construtoras, sistema financeiro, imobiliárias e mercados de terras (VIEIRA, 2009; MELAZZO, 2015; ABREU, 2016; AMORIM, 2017; BARCELLA, 2017), enquanto que os grupos sociais excluídos (CORRÊA, 1989) ou os sujeitos contra-hegemônicos (GRAMSCI, 2002), são pouco debatidos ou tematizados, cujos referenciais ainda são bem incipientes nas análises no Brasil. Resultando na consulta de pesquisas e análises, através da interpretação de fenômenos essencialmente metropolitanos (SOUZA, 1988; 2006; RODRIGUES, 2009; ROLNIK, 2019).

Uma das explicações contemporâneas sugeridas está na baixa expressividade dos movimentos sociais urbanos nas cidades médias, cuja atuação é embrionária para disputar ou alterar, a correlação de forças políticas com os demais agentes sociais locais (SPINELLI e SOARES, 2013); outra explicação está fortemente relacionada ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), elaborado em 2009 através da Lei Federal 11.977/2009, fruto de uma intervenção estatal, juntamente com a iniciativa privada, a fim de “deter” a forte crise econômica que tinha assolado os principais países capitalistas do mundo em 2008, após a desestruturação financeira e imobiliária nos EUA.

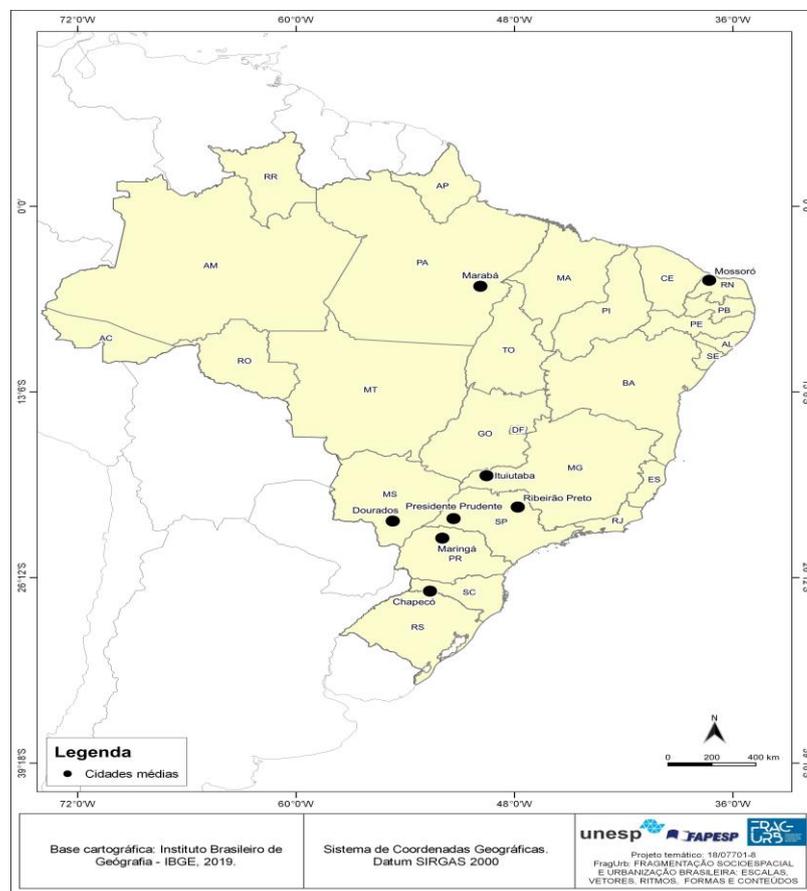
Isto é, o rápido e pesado investimento na produção de mercado do programa, fez suplantar ou desmobilizar projetos com maior controle social e que levasse em conta a diversidade dos municípios brasileiros, como foi o caso do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) (ROLNIK et. al., 2014) e do Plano Nacional de Habitação (PNH), resultando em uma fragmentada e predatória expansão urbana (ROLNIK, 2019) e uma ínfima participação popular na concepção do PMCMV (SOUZA, 2009).

⁸ Fazemos uma ressalva para a cidade de Ribeirão Preto, pelo número elevado de produções bibliográficas sobre o tema. Entre os trabalhos destacamos a coletânea: A Cidade e seus limites – As contradições do urbano na “Califórnia brasileira”. Ver nas referências.

Todavia, a reduzida análise dos movimentos de moradia não conseguiu ou não tensionou, os elementos que contribuíram para esta inexpressividade, nem tão pouco, suas características específicas, suas estratégias e ações nestes espaços urbanos, que nos parecem estar condicionadas com as especificidades sociopolíticas locais e com a ação das políticas públicas de habitação, neste caso, o PMCMV⁹, que impactou fortemente a maneira de “conquistar” a moradia popular nas cidades pesquisadas.

Diante deste contexto, como parte da pesquisa que integra o projeto Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira, através da análise das cidades médias (Figura 1), foi possível levantar questionamentos sobre as contradições observadas nos processos de produção e consumo da habitação dos sujeitos contra-hegemônicos, (materializados pelos movimentos de luta pela habitação) e suscitar os seguintes questionamentos: Por que a inexpressividade de atuação destes movimentos em algumas das cidades estudadas? Há uma relação entre impacto da política pública de habitação, grau de precariedade e déficit habitacional com a ocorrência dos sujeitos coletivos nas cidades? Como as tramas políticas, tem agido localmente, para atenuar as lutas sociais e os conflitos?

Figura 1 - Distribuição espacial das cidades objeto da pesquisa.



Fonte de dados - Base Cartográfica: Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE (2019); Sistema de Coordenadas Geográficas. Datum SIRGAS (2000).

⁹ Em 2020 foi aprovado o Programa Casa Verde e Amarela, que substitui o PMCMV. O novo programa vem recebendo diversas críticas pois não propõe corrigir os diversos erros do programa anterior como a ausência de infraestrutura nos empreendimentos, construção em regiões distantes do centro (preço da terra menor), a maximização dos ganhos das construtoras em detrimento da habitabilidade, etc. Além disso, o atual programa, mesmo reduzindo taxas de juros para as faixas de renda menor, não tem perspectivas de atender efetivamente essa população, em função da própria crise econômica do país, além de estimular a privatização da regularização fundiária, pois o morador terá a prerrogativa de contratar a regularização para sua terra e, não estará mais, sob a responsabilidade do município. Outra premissa está sendo a redução paulatina dos recursos, impactando fortemente as contemplosões dos movimentos por moradia.

POLÍTICA HABITACIONAL, TRAMAS E “INVISIBILIDADE” DOS MOVIMENTOS DE LUTA POR MORADIA

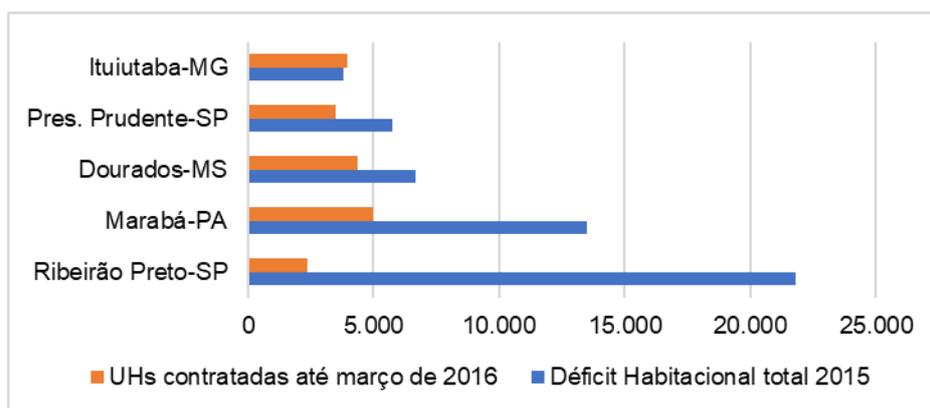
Levantou-se aqui, algumas hipóteses baseando-se nas análises, nos trabalhos de campo e nas pesquisas bibliográficas que permitem compreender esta “invisibilidade” dos movimentos sociais por moradia nas cidades médias, ou seja, os contributos para a inexpressividade ou mesmo inexistência dos movimentos em algumas delas. Entre as quais destacam-se: Impacto das políticas públicas de habitação nas cidades e as práticas clientelistas; A inserção dos movimentos sociais pela habitação nas vias institucionais; Cenário conjuntural de desmobilização nacional repercutindo no quadro local e, Relação entre contradições socioespaciais e ativismos de luta por habitação e a incidência de ativismos paroquiais.

Elencou-se inicialmente, um dos pontos pela inexpressividade dos movimentos por moradia em algumas cidades analisadas:

Impacto das políticas públicas de habitação nas cidades e as práticas clientelistas

Nas cidades médias, o impacto das políticas públicas de habitação foi fundamentalmente muito maior, na comparação com muitas capitais, na provisão de moradias, ou seja, quando se relaciona o déficit habitacional total com o número de contratações do Programa Minha Casa Minha Vida, é perceptível este impacto (Figura 2).

Figura 2 - Déficit habitacional em 2015 e contratações do PMCMV até março 2018⁽²⁾.



Nota - ⁽²⁾ Apenas Dourados - MS fez uma contratação em 2018 de 200 unidades. Demais municípios realizaram contratações até 2015.

Fonte - Fundação João Pinheiro (2015); Caixa Econômica Federal (2020).

Em Ituiutaba por exemplo, a quantidade de moradias produzidas até 2015, foi superior ao número total do déficit habitacional, atingindo mais de 100%. Em Dourados atingiu 65%, em Presidente Prudente 60% e, em Marabá 37% do déficit. Diametralmente, a cidade de Ribeirão Preto, por exemplo, a proporcionalidade foi bem menor, se comparado ao déficit total de moradias, atingiu apenas 10%.

Para se ter uma ideia, em algumas capitais por exemplo, onde o índice de famílias sem moradia tende a ser mais elevado, as contratações, ao longo dos anos, foram bem menores. A título explicativo e comparando dados de déficit habitacional em 2015 (FJP, 2017) e contratações no faixa 1 do PMCMV até 2018 (CEF, 2020), pode-se constatar este quadro. Partindo destes mesmos dados, em Natal-RN foram 2.888 unidades contratadas e um déficit em 2015 de 40.000 moradias (GOMES, 2018), em Vitória-ES foram contratadas 128 unidades habitacionais para um déficit de 6.345 moradias e, em Recife-PE, apenas 1.008 unidades contratadas, para um déficit de 94.964 moradias para o ano de 2015, representando, portanto, 7%, 2% e 1% respectivamente, do impacto de unidades construídas comparando com o déficit total de moradias destas cidades.

Neste sentido, algumas cidades conseguiram atender, em certa medida, as demandas e os déficits locais, seja pela via da política pública de habitação, como em Ituiutaba (MG), através do PMCMV, pela via da construção de “programas habitacionais” e da realocação de famílias como em Presidente Prudente (IKUTA, 2000) ou mesmo pela via da perversidade e “expulsão” dos pobres para as bordas

periféricas ou cidades do entorno, como em Maringá (PR), no que ficou descrito como a “desfavelização” de um bairro já urbanizado, com o intuito de liberá-lo para o capital imobiliário (GALVÃO e ROCHA, 2010; SOUZA, 2018), medida esta que parece coadunar com a fama que ganha eco com o poder público local: “a cidade que não tem favelas” (MASCHIO, 2008). Todavia, estes programas são acompanhados, em quase sua totalidade, do processo de periferização dos pobres, com infraestruturas e serviços de assistência social limitadas e acomodação das famílias em direção às franjas rurais, distantes do centro das cidades, especialmente no que concerne a política habitacional recente (CARDOSO e ARAGÃO, 2013).

Ao mesmo tempo, as forças políticas locais (prefeitura, secretarias e companhias de habitação), detinham a capacidade e o controle de seleção das famílias sem moradia ou que habitavam moradias precárias, favelas ou áreas de riscos socioambientais, como encostas e morros, cujo déficit é maior neste grupo (1 a 3 salários mínimos), ou seja, famílias da faixa 1. Este sistema é prerrogativa do próprio programa (PMCMV) e tornou-se moeda de troca entre políticos locais e famílias sem moradias (ROLNIK, 2019), dando também margens para erros de fiscalização ou beneficiamento de famílias oriundas de outras localidades, por exemplo:

Porque este projeto a gente percebe que tem muitos erros, a gente observa que tem pessoas que não é da localidade, da cidade e receberam... é... que não deveria. Então, há muitos erros na parte de fiscalização a respeito de quem realmente necessita destas casas (Presidente da associação de moradores de um Conjunto Habitacional do PMCMV faixa 1, Marabá-PA).

Assim, o programa permitiu a permanente interação entre poder público e eleitores, ou seja, as forças políticas locais e as obras de visibilidade e grande capital político, ao mesmo tempo em que houve a inserção plena dos municípios a uma política nacional (ROLNIK et. al., 2014). Imbricou-se também na já tradicional distribuição de emendas individuais e localistas para o angariamento de votos e na permanência/manutenção das elites locais, impactando no sucesso eleitoral e sobrevivência política de prefeitos e deputados (BAIÃO e COUTO, 2017). O fato é que estes elementos parecem coadunar, pela atuação efetivamente dos políticos locais para relações de amortecimento dos conflitos e das reivindicações, a partir de manifestações e práticas clientelistas (FILHO, 1994). Por outro lado, há permissividade do poder público para as ocupações¹⁰, especialmente em áreas públicas e a defesa da propriedade, quando as terras são privadas:

E aí a gente começou... lembro que depois que nós chegou aqui a polícia chegou também... Parece que foi um negócio. A gente veio lá por dentro, o ônibus deixou nós ali, a polícia já chegou ali... falaram simplesmente: se for do município (o terreno ocupado) vocês fica e se não for sai! (Liderança de ocupação, Dourados-MS).

Consistem, portanto, em duas vertentes: uma é a omissão (para as ocupações) diante da responsabilidade e, a outra, é a complacência com elas (quando em propriedade pública), não causando imbróglia às famílias, potenciais eleitores na perpetuação de políticos e de uma elite familiar local no poder¹¹. Maricato (2011) nos lembra que a flexibilidade de aplicação das leis no contexto das cidades, permitem as ocupações ilegais como forma de fomentar os pobres na cidade, mas não garantir o direito pleno à mesma. A ilegalidade, portanto, ainda é parte de um modelo de desenvolvimento urbano no país (CALDEIRA, 2000).

Paralelamente, a inserção dos movimentos sociais através das vias institucionais, nas políticas públicas de habitação de interesse social, aparece como uma das hipóteses levantadas, nas tramas da política de habitação e a inexpressividade dos movimentos em algumas cidades.

A inserção dos movimentos sociais pela habitação nas vias institucionais

Houve uma participação dos movimentos sociais e inserção das pautas destes atores ao plano estatal por exemplo (ROLNIK, 2009), mas também, um refluxo nas cidades brasileiras durante este período no que se refere às lutas populares e no número de ocupações (OLIVEIRA, 2010). Especialmente quando parte dos movimentos sem-teto, por exemplo, optou por regras institucionais de provisão de

¹⁰ Em entrevista com o secretário responsável pela pasta de habitação de uma das cidades, houve o reconhecimento das ocupações, mas também a permissibilidade do poder público para com elas, pois segundo ele, a prefeitura não tem como solucionar o déficit habitacional na cidade.

¹¹ Alguns estudos mostram interrelação entre políticas públicas, clientelismos e a hegemonia política de algumas famílias oligárquicas das cidades estudadas, seja os Rosados em Mossoró (PAIVA NETO, 1997; SILVA FILHO, 2011), a família Barros em Maringá (VALENCIANO, 2013) e, a família Mutran em Marabá (BARREIROS et al., 2017).

moradias, seja em programas habitacionais na década de 1990 (IKUTA, 2000), ou mais recentemente, em projetos destinados a cooperativas, associações e institutos, através do Minha Casa Minha Vida Entidades, cujos recursos para estes programas eram bem inferiores se comparados aos de mercado, isto é, apenas 2% (RODRIGUES, 2013), ou ainda, pelas vias eminentemente de mercado (através do beneficiamento das construtoras), na inserção ao PMCMV faixa 1 e, na incorporação em cargos públicos e legislativos, por parte de algumas lideranças (OLIVEIRA, 2010).

É o que constatou, por exemplo, Ikuta (2000) ao descrever a inserção do Movimento de Luta por Moradia em Presidente Prudente, entre 1989 e 1992, nos “Programas Habitacionais”, mesmo significando a elevação da periferização das famílias deslocadas:

Esta configuração sócio-territorial vigente, brevemente delineada, expressa o processo de desterritorialização e reterritorialização da população egressa do processo de luta pela moradia travada com o poder público. Nesta relação de poder, estiveram presentes, de um lado as articulações do poder público com o capital e o clientelismo, e do outro o imediatismo, a institucionalização, a cooptação e o refluxo da organização popular. Esta última, tendo talvez como desafio primeiro a conquista de sua própria coletividade, de sua identidade (IKUTA, 2000, s/p.).

Ou Spinelli e Soares (2013) ao analisar as ações dos movimentos por moradia em Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, mais recentemente:

Constata-se pelos relatos de representantes do poder público e dos próprios movimentos sociais que, com a implementação dos programas federais, a exemplo do MCMV, que não há muita tensão entre os agentes estado e grupos sociais excluídos, pois, segundo ambos, as demandas têm sido atendidas (SPINELLI e SOARES, 2013, s/p).

Na análise dos dados do Ministério do Desenvolvimento Regional e da Secretaria Nacional de Habitação, das entidades habilitadas e requalificadas para a atuação em área urbana e o quantitativo de unidades habitacionais conquistadas, entre os anos de 2015 a 2019 (Tabela 3), refletem o número de entidades (movimentos, cooperativas, associações, clube de mães, instituto, etc.) que foram incorporadas ao sistema de provisão de moradias de interesse social nas cidades e as alterações da forma de “conquistar moradias”¹².

Tabela 3 - Entidades habilitadas e requalificadas para a atuação em área urbana e quantitativo de unidades habitacionais conquistadas (2015-2019).

Municípios	Entidades habilitadas e requalificadas para atuação em área urbana	UH's conquistadas⁽³⁾ (2015-2019)
Chapecó-SC	1	500
Dourados-MS	4	4000
Ituiutaba-MG	0	0
Marabá-PA	2	2000
Maringá-PR	1	1000
Mossoró-RN	3	3000
Pres. Prudente-SP	0	0
Ribeirão Preto-SP	3	1400

Nota - ⁽³⁾ Número total de unidades conquistadas pelas entidades divididas em municípios que elas atuam, seja de pequeno, médio e grande porte.

Fonte - Ministério do Desenvolvimento Regional e Secretaria Nacional de Habitação (2019).

¹² Faz-se referências a uma posição oposta a este modelo, ou seja, quando as entidades organizam e materializam as construções com as famílias, através do regime de mutirão autogestionado, trazendo experiências importantes de produção urbana alternativa e participativa. Sobre planejamento militante e autogestão, consultar Tanaka (2017).

Muitos movimentos sociais de moradia, foram paulatinamente incorporados à lógica da política habitacional ao longo dos anos, seja na inserção (ou indicação) das famílias sem moradia às políticas de mercado do PMCMV ou ainda na própria exclusão dos mesmos nas decisões da política habitacional nacional ou local, passando a integrar o jogo de distribuição dos ativos do programa¹³ (ROLNIK et al., 2014). Se o cenário, era de crescimento paulatino do déficit habitacional, com favelizações e moradias precárias em grande número das cidades médias neste período; os movimentos sociais de moradia apresentaram-se sem forças e com uma correlação política bem inferior, para a construção de políticas habitacionais participativas ou que contrapusesse um modelo de periferização das moradias¹⁴.

A existência de vazios urbanos bem localizados e melhor servidos de infraestrutura como nas cidades de Dourados (BRITO, 2008), Presidente Prudente (NASCIMENTO, 2014), Ituiutaba (SOUZA, 2019) e Maringá (SALMAZI, 2019), não induzem ações conflituosas para ocupá-los no intuito de reivindicar melhores localizações para as famílias ou exigir o cumprimento da função social, mesmo correspondendo a uma fatia significativa do espaço, como em Chapecó por exemplo, com 12,5% da área urbana (RECHE, 2008). Resta às famílias beneficiárias (de programas habitacionais) ou ocupantes, as bordas periféricas das cidades (RIZEK et al., 2014), desprovidas de condições básicas de habitabilidade (local onde os empreendimentos são direcionados ou quando ocorrem as ocupações).

O que se observa, portanto, é um mercado ditado, essencialmente, pelo capital imobiliário local (BASTOS, 2010; SHIMBO, 2010), na acumulação e formação de bancos de terras, para futuras valorizações e soerguimento de empreendimentos imobiliários (FIX e PAULANI, 2019) e com forte defesa da propriedade privada, mesmo que os meios sejam através do uso da violência e da força.

Outro fator preponderante para este cenário, está construído sob a premissa da seguinte característica:

Cenário conjuntural de desmobilização nacional repercutindo no quadro local

A pobreza urbana, as contradições socioespaciais e a precariedade das camadas mais carentes na cidade nos anos de 1990, já não estavam restritas a grandes centros urbanos, mas a uma maior amplitude de cidades brasileiras, especialmente com o processo de crescimento urbano (FARIA, 1991). Tendo repercutido assim, ao longo dos anos 2000.

Estes fatos encontraram um cenário de desmobilização popular, crise dos movimentos populares de bairro¹⁵, fragmentação das associações e sindicalismo, e, também, o entrelaçamento entre sociedade civil organizada e poder público local, através da cooptação, do clientelismo, da popularização da “política de participação popular” ou mesmo através da inserção de partidos de esquerda no cenário institucional local, etc. Cresceu o associativismo institucional, que se ampliou bastante ainda nos anos de 1980, juntamente com entidades representativas de setores da sociedade e as chamadas ONG’s, que viriam a ser quase uma substituta dos movimentos sociais nos anos 90 (SOUZA, 2006; GOHN, 2007; FERRAZ, 2019).

O fato é que foi se criando uma camada de dirigentes que aos poucos foi se distanciando das bases dos movimentos sociais e se aproximando de ONGs e pautas diversas, como encontros e seminários promovidos por entidades como a ONU e os processos eleitorais, em meio à redemocratização do

¹³ São essas estratégias que se somam a tantas outras, num processo de transformação dos movimentos, entidades e associações delas resultantes em “máquinas de produção de casas”, em operadores do programa e em intermediários entre a Caixa Econômica Federal e os agenciamentos do mercado imobiliário onde quer que ainda seja possível encontrar um terreno que satisfaça as exigências desenhadas no âmbito do PMCMV – Entidades” (RIZEK et al., 2014, s/p).

¹⁴ Os movimentos locais, tem uma dificuldade grande de disputar áreas bem localizadas e providas de condições básicas de habitabilidade. Isso inclui os vazios urbanos existentes, sob posse do capital imobiliário e especulativo, essencialmente, restando as bordas periféricas da cidade. Ver por exemplo, a localização do conjunto habitacional Campina Verde em Dourados-MS, construído pela organização não governamental CRF - Comunidade Organizada em Defesa da Moradia nas Ocupações Irregulares - Famílias Sem Moradias no Mato Grosso do Sul, em parceria com governo do estado e prefeitura da cidade (MIDIAMAX, 2017).

¹⁵ Estudos apontam que as décadas pujantes (1970 e 1980) de ascensão dos movimentos de bairro e apoio da Igreja Católica tiveram repercussão em algumas cidades pesquisadas, como nas associações comunitárias de luta por infraestrutura e condições básicas de habitabilidade como em Mossoró (QUEIROZ, 2017), e na área de educação na década de 1970 em Ituiutaba (GONÇALVES e SANTOS, 2013), por exemplo.

país¹⁶ (GOHN, 2007). Atrelava-se ainda, um quadro de aprofundamento da economia neoliberal, através de reformas profundas, privatizações, redução dos investimentos públicos, esforços para o pagamento de parte dos juros da dívida pública e na tentativa de conter os movimentos sindical e social nos governos Collor, Itamar e FHC (FERRAZ, 2019).

O contexto de ascensão das forças progressistas de esquerda no campo institucional, chegou à presidência do país através da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, indicando novos rumos, especialmente no que concerne ao atendimento aos mais pobres. De fato, o governo sinalizou e instituiu políticas sociais, valorização do salário mínimo e empregabilidade (POCHMAN, 2012), mas também, ascendeu empregos precários e de baixa remuneração, onde forças de esquerda e sindicatos, pareciam não atentar para o cenário de pobreza urbana e de proliferação destes sujeitos precarizados (ANTUNES, 2005).

Além disso, houve ampliação da fragmentação do trabalho de base política nas periferias, junto aos movimentos de bairro e aos sindicatos, cuja conjuntura já era perceptível anos antes com a cooptação e inserção na máquina pública de lideranças (BRAGA, 2015; SOUZA, 2006) ou mesmo na manutenção de práticas fisiológicas de governabilidade e amortecimento das lutas sociais (PINASSI, 2009; FERRAZ, 2019).

A participação popular efetiva se limitava, em várias situações, à criação e ampliação dos conselhos em várias cidades do país (BORGES, 2017). Este entrelaçamento do imobilismo nacional e institucionalização de partidos de esquerda e, a fragmentação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), ligada à Igreja Católica, que atuavam nas periferias, se consolidaram como uma crise identitária dos movimentos populares urbanos, impactando diretamente as mobilizações populares, tornando os movimentos meros espectadores e apoiadores das decisões partidárias. Não construindo uma relação baseada na crítica de práticas políticas tradicionais (FERRAZ, 2019). Ao mesmo tempo em que houve a redução do papel das CEBs nas lutas de bairro, houve um crescimento da evangelização pentecostal e da implantação de sua política em muitos bairros periféricos brasileiros (OLIVEIRA, 1999).

Em meio à reestruturação produtiva, cresceu paralelamente a precarização do trabalho, a informalidade, o teletrabalho (Uber, Ifood etc.) e uma infinidade de trabalhos degradantes, subcontratos e flexíveis, cujas categorias representativas ou sindicalismo são quase inexistentes e com pouca trajetória de mobilização e reivindicações trabalhistas em várias cidades médias brasileiras, aliando-se com a fragmentação de sindicatos e associações de representação classista, de categorias e ascensão de uma pauta política conservadora (SILVA, 2016).

Um outro contexto importante neste cenário, é a relação entre as contradições socioespaciais e a incidência de ativismos paroquiais em algumas das cidades analisadas.

Relação entre contradições socioespaciais e ativismos de luta por habitação e a incidência de ativismos paroquiais

Por outro lado, há uma forte relação entre contradições socioespaciais, grau de precariedade das moradias e déficit habitacional do município, com a expressividade dos movimentos sociais urbanos de luta por habitação e direito à cidade. Como exemplo, cita-se a cidade de Ribeirão Preto¹⁷, por possuir uma rede articulada, bastante evoluída e densa de movimentos sociais de luta pela habitação e direito à cidade que creditamos, fundamentalmente, ao índice de famílias que não possuem habitação como maior condicionante para as ações dos sujeitos coletivos contra-hegemônicos na

¹⁶ Havia conjuntura de incertezas e dúvidas, quanto aos caminhos que uma massa de trabalhadores pobres urbanos iria trilhar, isto é, iriam integrar-se aos movimentos sociais urbanos e sindicais ou a redes de clientelismo político e populismo autoritário (FARIA, 1991).

¹⁷ Identificou-se nesta cidade a existência de movimentos sem-teto autênticos, ou seja, grupo que lutam não apenas por moradias, mas contra o modelo de desenvolvimento político e econômico adotado pelo país, contra a especulação imobiliária, o abandono de terrenos e prédios públicos e a falta de políticas habitacionais, além de tematizarem a falta de emprego, saúde e infraestrutura. Assim, o problema da moradia termina se ampliando para os problemas que envolvem a cidade como um todo, construindo uma agenda de luta social, como analisou Souza (2006). Cujas escalas de atuação são mais ramificadas por redes de articulação com outros movimentos (atuação em redes e escalas micro e macro). Os movimentos, portanto, mantêm rede organizativa em metrópoles, regiões metropolitanas e cidades médias, com graus de articulação local, regional e nacional, seja na interlocução com o poder público, seja na estrutura organizativa e política do movimento.

cidade. Isso tem repercutido na perenidade das ações dos movimentos sociais sem-teto que atuam lá, com alto grau de mobilização e contestação política (OLIVEIRA, 2005).

Desta forma, é importante salientar que a inexpressividade e/ou a “invisibilidade” dos movimentos sociais de luta por moradia, não é compartilhada por todas as cidades médias, há manifestações, expressões das contradições socioespaciais e do déficit habitacional, que se materializam nos espaços urbanos. É proporcional também com as condições de acesso às infraestruturas e habitabilidade, ou seja, quanto maior a contradição socioespacial do lugar, maior é a possibilidade de existência de grupos sociais excluídos, não necessariamente orgânicos, mas buscando que seus problemas sejam solucionados, através das diversas expressões dos ativismos¹⁸.

Todavia, as análises têm evidenciado em cidades como Mossoró, Marabá e Dourados, por exemplo, a existência em demasia de associações de bairro e lideranças de ocupações, caracterizadas por ativismos paroquiais¹⁹ (SOUZA, 2006). Com ações político-estratégicas que se caracterizam pela cooptação, o clientelismo e à tendência à dispersão política-ideológica para práticas não-radicais, onde suas pretensões são usualmente pontuais e/ou gradativas, com forte entrelaçamento com os políticos locais, para a tentativa de solução dos problemas evidenciados, à medida que as necessidades vão se avolumando. Não a conquista pela via da mobilização, mas sim pela formalização de papéis com as instâncias representativas do poder público local:

Nosso gestor é um cara trabalhador, mas eu já tô cansado de falar pra ele: não enfie projetos ou obras em bairro que não condizem com a realidade, nós temos vários bairros na cidade, mas cada um tem uma realidade diferente... Ouça a população qual é o projeto, o anseio dela... a população tá precisando de um posto de saúde tu coloca uma praça. Quem diabo é que tem prazer, doente pra ir pra uma praça... O prefeito anterior, é meu amigo, gosto dele pra caramba. Inclusive, ressalta aí, que foi o único gestor na história política de Marabá pra ter dado tanta vantagem e valorização à classe educadora (Presidente associação de moradores A, Marabá-PA).

Ganhamos a um tempo atrás uma ambulância pra cá, mas vira e mexe esta ambulância dá problema... É emenda parlamentar de um deputado, na época deputado (Presidente associação de moradores B, Marabá-PA).

Inicialmente, a permanência no lugar e a não-execução da reintegração de posse é primazia, nem que isto possa ser atrelada às articulações com políticos e administração locais, abaixo-assinados e, eventualmente, com protestos e mobilizações específicas (fechamento de vias com queima de pneus e cartazes), todavia, esta última ação é pouco recorrente e, se caracteriza quando outras formas não se sobressaem. Entretanto, há limitações concretas nas conquistas das soluções dos problemas dos moradores, pelo grau de institucionalização e cooptação das lideranças com a administração local:

Minha entrada na prefeitura hoje, hoje eu digo assim neste mandato é uma entrada boa. É uma entrada livre, a gente chega lá, assim como qualquer outro agenda pra falar com a prefeita, mas a gente é recebido, a prefeita é sempre recebendo e sempre teve à disposição pra tá resolvendo o problema nosso de moradia. Então assim, minha entrada hoje lá na prefeitura tranquila, não busco vereadores pra conseguir qualquer reunião, até porque infelizmente, fui duas vezes e as duas vezes que fui na câmara quebrei a cara, então deixa *queto*, deixa *queto*... Seria isso, o único setor que eu busco é a prefeitura, no qual eu acredito. (Liderança de ocupação, Dourados-MS).

¹⁸ Utiliza-se no presente artigo o termo ativismos para descrever um conjunto de mobilizações. Para isso, apoia-se em Souza (2006) quando caracteriza os ativismos como um conjunto mais amplo de ações públicas organizadas, do qual os movimentos sociais seriam um substrato, logo, eles não devem ser confundidos com ações coletivas efêmeras como quebra-quebras, saques e outros; já os movimentos sociais seriam uma modalidade crítica e ambiciosa do ativismo, ou seja, representam uma contestação da ordem sócio espacial hegemônica e, seus objetivos, visam transformações mais ou menos profundas na sociedade.

¹⁹ Os paroquiais “[...] encaminham reivindicações pontuais, sem articulá-las com questionamentos mais profundos, relativos a problemas nacionais e internacionais, e sem construir pontes entre a conjuntura, cujo domínio não ultrapassam, e as estruturas, que não chegam a tematizar. São, não raro, prisioneiros do ou contaminados pelo clientelismo” (SOUZA, 2006, p. 278). Por outro lado, os puramente reivindicatórios possuem muitas semelhanças, podendo ser utilizados como sinônimos: “[...] compreendem, por exemplo, ações que visam obter melhorias para a rua, um bairro, uma favela, mas sem considerar o conjunto da cidade, e, menos ainda, sem propor transformações que abalam as estruturas da sociedade. Essas ações visam a atender uma demanda pontual de um determinado grupo, e, ao serem atendidas, acontece geralmente uma desmobilização das pessoas. O atendimento dessas demandas, muitas vezes, se dá por meio de medidas paliativas, frequentemente conduzidas por políticos populistas, dentro do estilo “trocar obras por votos” (SOUZA e RODRIGUES, p. 84, 2004).

Desta forma, as articulações são feitas paulatinamente para a instalação de energia elétrica, água encanada, transportes público e escolar, posto de saúde, escolas e outras demandas:

A energia elétrica ela é assim... O pessoal vinha aqui cortava a energia, saía todo mundo doido, então a gente arruma fio e voltava a ligar, mas era uma situação muito chata, você tá aqui e o pessoal vai cortar sua energia, aí foi que nós fez, peguei e fui correr atrás, fui na prefeita e pedir pra ajudar e colocar o padrão (instalação elétrica) (Liderança de ocupação, Dourados-MS).

A energia a gente ficou... Que se chama gato né, a gente ficou muito tempo. Uns três anos a quatro anos né?! Eu fiquei na lamparina três anos... A energia veio chegar numa época que a gente fez um abaixo assinado, levamos pro prefeito, a governadora e o deputado (...). aí ele veio aqui, seis horas da tarde, fez uma reunião com nós aqui do bairro, aí ele pegou e se responsabilizou, que naquele momento ele ia fazer o projeto pra Celpa (fornecedora de energia do Pará) entrar aqui com a energia. (Presidente associação de moradores C, Marabá-PA).

A escala²⁰ de atuação eminentemente localizada parece influenciar diretamente nas estratégias de luta, pois esta escalaridade tem aproximado as forças políticas (gestores, políticos, administração, etc.) e as lideranças. Por outro lado, a atuação se resume a ser localmente, sem inter-relacionar as causas das contradições sociais, ou seja, a dimensão política macro (conjuntural e/ou estrutural do país) como fazem os movimentos sem-teto (SOUZA, 2006).

Portanto, os conflitos podem surgir e conduzem a indicar que eles estão correlacionados ao poder dos agentes hegemônicos da economia local e da dominância que eles possuem sobre extensas terras da cidade, propensas a serem incorporados ao capital imobiliário local. Elias e Pequeno (2020) citam as cidades do agronegócio²¹ como exemplos. Em outras, podem se materializar na violência efetiva como em Marabá:

(...) a presidente daqui foi assassinada. A presidente da (...) (bairro em Marabá) também foi assassinada. A daqui ela foi assassinada já tem 3 anos... Inclusive tem 6 meses que fui baleada, sofri um atentado, cirurgia tá aqui ainda recente e a bala ainda tá alojada, próximo à coluna e tamos aqui. (Presidente associação de moradores C, Marabá-PA).

Ocasionalmente no assassinato de várias lideranças, nas disputas por lotes e outros conflitos nas ocupações urbanas (RODRIGUES, 2010).

O que tem repercutido em várias das cidades pesquisadas, são as ocupações e as favelizações com grau baixíssimo de organicidade, mobilizações inefetivas e ações não-diretas frente ao poder público. Não há atuação de grupos organizados como movimentos sem-tetos nas cidades de Marabá, Mossoró e Dourados, mas grupos de famílias “espontâneas”, dispersos e propensos ao clientelismo e à prática “anti-militância” para conquista de seus objetivos. Com o grau fragmentado para cooptações, tornam-se presas fáceis para o amortecimento das lutas e, suas conquistas são essencialmente pontuais, como a garantia do lote da terra ocupada ou mesmo serviços básicos essenciais como água e energia, ou seja, se limitam a ser meramente reivindicatórios, localistas e sem amplitude de ação política e contraposição ao modelo vigente, com forte conotação clientelista e de cooptação.

Portanto, tem se operado nas cidades analisadas, a sustentação de política pública de habitação com forte impacto local, a inserção de uma lógica predatória e fragmentária de expansão e urbanização capitalista, favelizações com grau elevado de desmobilização e a incidência de movimentos com forte relação com o poder público, manifestados nas elites locais (que muitas vezes são as grandes detentores de terras nas cidades) que tem se perpetuado no poder, contribuindo fundamentalmente, pela inexpressividade e inoperância conflitiva, contra um modelo excludente e desigual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os pressupostos apresentados aqui, preliminarmente, são resultantes de análises, pesquisas e trabalhos de campo do Projeto Temático “Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos e formas”, que busca interpretar sob as mais diversas dimensões, os

²⁰ Lacoste (2008) nos lembra que nas escalas de representação de um fenômeno, escalas diferentes mostram coisas diferentes.

²¹ Dourados que está integrada também a disputas territoriais entre indígenas e “proprietários” de terras, com extensão e focos de conflitos e violência (BASTOS, 2014).

condicionantes e a contemporaneidade de uma urbanização capitalista fragmentária e altamente complexa. O objetivo aqui, portanto, foi tensionar a política pública de habitação e os principais fatores que tem modificado fortemente, a maneira de “conquistar” a moradia popular nas cidades pesquisadas, especialmente no que se refere aos movimentos de luta por habitação.

As análises têm demonstrado que os movimentos de luta por moradia nas cidades, apresentaram-se sem forças e com uma correlação política bem inferior, para a construção de políticas habitacionais participativas e propor um planejamento alternativo e democrático ou ainda contrapor um forte modelo hegemônico nacional materializado pelo PMCMV, onde a periferização das habitações, o afastamento das áreas centrais e unidades servidas com baixa qualidade de serviços e transporte público, têm sido a tônica das cidades pesquisadas.

A inserção eminentemente das famílias nos programas oficiais, tem resultado na inexpressividade ou inexistência destes sujeitos em algumas das cidades, ao mesmo tempo, em que os programas têm sido usados como moeda de troca pelas elites locais, para o amortecimento de ações conflitivas entre as famílias sem-teto e os poderes públicos locais. Por outro lado, a incidência de ativismos paroquiais em Mossoró, Dourados e Marabá, traduzem não só esta relação entre famílias e poder público, mas a impossibilidade de disputa de conquistas das moradias e o direito à cidade de maneira plena. O que tem se consolidado são grupos de famílias “espontâneas”, dispersos e propensos ao clientelismo, à prática “anti-militância” ou a luta eminentemente pela garantia jurídica da posse da terra. O direito à cidade vai além disso.

Desta forma, o grau de precariedade, o déficit habitacional e as contradições socioespaciais têm gerado ocupações com forte contraposição política, através dos movimentos sem-teto em Ribeirão Preto, mas diametralmente, a inexpressividade ou mobilizações fortemente amparadas pelas ações clientelistas, com conquistas limitadas e localistas em Marabá, Mossoró e Dourados. Por outro lado, vale destacar o impacto das políticas públicas de habitação nas cidades de Chapecó, Ituiutaba, Maringá e Presidente Prudente, na conformidade da periferização e reterritorialização dos pobres no espaço urbano, como política de combate ao déficit habitacional e do amortecimento das ações dos movimentos.

Portanto, o impacto da política de habitação, o grau de precariedade e déficit habitacional e, a existência de estratégias políticas locais de amortecimento das lutas sociais e dos conflitos, contribuem para a (in)existência ou a (in)expressividade dos sujeitos coletivos nas cidades analisadas, ao mesmo tempo, a conjuntura também é um contributo para este contexto, gerando o arrefecimento da luta popular e direcionando, em algumas situações, na inserção institucional e/ou cooptações de suas lideranças ao quadro político local.

Diante deste contexto, sistematizar reflexões de como estes sujeitos vêm se organizando, frente a esta conjuntura, parece ser um indício importante para entendermos possíveis alternativas ao engajamento e contraposição a uma política hegemônica e sem participação efetiva na sua implementação e operacionalização, ao mesmo tempo, em que se pode entender as tramas políticas no quadro contemporâneo da urbanização capitalista brasileira.

AGRADECIMENTOS

O autor agradece à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), no financiamento do Projeto Temático: “Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos e formas” (Processo FAPESP: 18/07701-8).

REFERÊNCIAS

ABREU, Marlon Altavini. Diferenciando o espaço e produzindo cidades: lógicas e agentes da produção do espaço urbano nas cidades de Ribeirão Preto/SP e Londrina/PR. **GeoTextos**, vol. 12, n. 1, julho 2016. p. 77-104.

ALMEIDA, José Jonas. **A cidade de Marabá sob o impacto dos projetos governamentais**. São Paulo, 2006. 272 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Departamento de História da FFLCH, USP, São Paulo, 2008.

AMORIM, Wagner Vinicius. **A produção imobiliária e a reestruturação das cidades médias**: Londrina e Maringá (PR). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

ANDRADE, Thompson. A.; SERRA, Rodrigo. V. O desempenho das cidades médias no crescimento populacional brasileiro no período 1970/2000. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (org.) **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p.129-169. <https://doi.org/10.9771/1984-5537geo.v12i1.15315>

ANDRADE, Thompson A.; SERRA, Rodrigo V. Crescimento Econômico nas Cidades Médias Brasileiras. **Cidades Médias Brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

ANDRADE, Thompson A.; SERRA, Rodrigo V.; SANTOS, Paulo Diniz dos. Pobreza nas cidades médias brasileiras. In: ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente (Org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 251- 292.

ANTUNES, R. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho, São Paulo: Boitempo, 2005.

BAIÃO, A.L.; COUTO, C.G. A eficácia do pork barrel: a importância de emendas orçamentárias e prefeitos aliados na eleição de deputados. **Opinião Pública**, 23(3), pág. 714-753, 2017. <https://doi.org/10.1590/1807-01912017233714>

BARCELLA, Bruno L. S. O mercado fundiário em Ribeirão Preto/SP: processos e agentes, preços e localizações. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 18, n. 62, 161-173, 2017. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/36887>. Acesso em: 16 jul. 2020. <https://doi.org/10.14393/RCG186213>

BARREIROS, R. M.; FERNANDES, D. A.; ANDRADE, R.A.; AMARAL, G.S. A transição histórica das oligarquias da castanha na região de Marabá: redes sociais, hegemonia e transformações no bloco de poder das elites locais entre os anos de 1920 e 1980. In: **XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas**. Niterói, 28, 29 e 30 de agosto, 2017. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/11%20A%20transi%C3%A7%C3%A3o%20hist%C3%B3rica%20das%20oligarquias%20da%20castanha%20na%20regi%C3%A3o%20de%20Marab%C3%A1%20redes%20sociais,%20hegemonia%20e%20transforma%C3%A7%C3%B5es%20no%20bloco%20de%20poder%20das%20elites%20locais%20entre%20os%20anos%20de%201920%20e%201980.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2020.

BASTOS, R. D. O Ambiente construído e o Programa Minha Casa, Minha Vida. PPLA 2010: 2º Seminário Política e Planejamento, Curitiba, 2010. Anais... Curitiba: Ambiens, 2010.

BASTOS, Tayaná Carolini Felizardo. **As disputas territoriais entre indígenas e proprietários de terra no município de Dourados-MS**: os acampamentos indígenas como perspectivas de resistência e luta pela terra. 2014. 120 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2014.

BITOUN, J., MIRANDA, L., & MOURA, R. Cidades médias no Brasil: heterogeneidade, diversidade, e inserção nos espaços rurais brasileiros. In F. Maturana, M. E. Beltrão Sposito, C. Bellet, F. Arenas, & C. Henríquez, (Eds.), **Sistemas urbanos y ciudades medias en Iberoamérica** (pp. 44-79, Serie GeoLibros). Santiago: Instituto de Geografía, Pontificia Universidad Católica de Chile, 2017.

BORGES, Sérgio Silva. Democracia e participação social, um problema geográfico? A contribuição de conselhos municipais para a democratização do poder e do espaço. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, Vol. 21, n.3, p. 8-24, 2017. <https://doi.org/10.5902/2236499425524>

BRAGA, Ruy. **A pulsão plebeia**: trabalho, precariedade e rebeliões sociais. São Paulo: Alameda, 2015.

BRASIL. Caixa Econômica Federal. **Programa Minha Casa Minha Vida**. Brasília, s/d. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/urbana/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 18 ago. 2020.

_____. **Entidades Habilitadas (H) e Requalificadas (R) para atuação em área URBANA**. Ministério do Desenvolvimento Regional e Secretaria Nacional de Habitação, 2019. <https://www.cidades.gov.br/index.php/habitacao>. Acesso em: 02 ago. 2020.

BRITO, Márcia Aparecida de. Os vazios urbanos e o processo de redefinição socioespacial em Dourados-MS. In: **O espaço em redefinição: cortes e recortes para a análise dos entremeios da cidade**. (Orgs.). CALIXTO, Maria J. M. S. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2008. p. 193-237.

CABREIRA, Adriano Cosma. **Horizontes verticais: meandros do meio técnico-científico-informacional em Dourados-MS**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2009.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2000.

COUTO, E. M. J. **Redefinições espaciais do comércio de Mossoró-RN**. 2011. 222 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

CAPUCHINHO, Michelle Neves **A centralidade da Luta por moradia para a classe trabalhadora e a ocupação Vila Barroso em Juiz de Fora**, 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012. 146 f

CARDOSO, A.; ARAGÃO, T. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. In: CARDOSO, A. (Org.). **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: IPPUR/Letra Capital, 2013.

CARDOSO, Lúcio Adauto. A política Habitacional no Brasil: balanços e perspectivas. **FASE**, Rio de Janeiro, ano 30, n. 95, dez-fev. 2002, p. 6-17.

CARVALHO, E. Exclusão social e crescimento das cidades médias brasileiras. **Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2003, vol. VII, núm. 146(128). [http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(128\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(128).htm). Acesso em: 14 jul. 2020.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo, Ática, 1989.

DAMIANI, Amélia Luisa. Cidades médias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos. En publicación: América Latina: cidade, campo e turismo. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. **CLACSO**, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/08damiani.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2020.

ELIAS, D.; PEQUENO, R. Mossoró: o novo espaço da produção globalizada e aprofundamento das desigualdades socioespaciais. In: SPOSITO, M. E.; ELIAS, D.; SOARES, B. R. (Org.). **Agentes econômicos, reestruturação urbana e regional: Passo Fundo e Mossoró**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 101-283.

FARIA, Vilmar E. Cinquenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas. **Novos estudos**, Nº 29 - março DE 1991. http://professor.ufrgs.br/dagnino/files/faria_vilmar_1991_cinquenta_anos_urbanizacao_brasil.pdf. Acesso em: 06 de jul. 2020.

FERNANDES, M. E. (coord.). **A Cidade e seus limites** – As contradições do urbano na “califórnia brasileira”. São Paulo: Annablume; Fapesp; Ribeirão Preto: Unaerp, 2004.

FERRAZ, Ana Targina Rodrigues. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo: crise econômica e crise política. **Serviço Social e Sociedade**., São Paulo, n. 135, p. 346-363, ago. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282019000200346&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 Jul. 2020. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.182>

FILHO, George Avelino. Clientelismo e Política no Brasil. In: **Revista Novos Estudos**, Nº 38, março de 1994, CEBRAP São Paulo, 1994.

FILHO, João César Abreu de Oliveira; COSTA, Domingos Sávio de Almeida. As trajetórias dos movimentos sociais urbanos e a produção de espaços de moradia em cidades médias brasileiras. **OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia**, v.2, n.5, p.134-151, nov. 2010.

FIX, Mariana; PAULANI, Leda Maria. Considerações teóricas sobre a terra como puro ativo financeiro e o processo de financeirização. **Brazilian Journal Political. Economy**., São Paulo, v. 39, n. 4, p. 638-657, dez. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572019000400638&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 ago. 2020. <https://doi.org/10.1590/0101-31572019-2954>

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **Déficit habitacional municipal no Brasil 2010**. Belo Horizonte, 2013.

FUNDAÇÃO JOAO PINHEIRO (FJP) **Déficit habitacional no Brasil 2015**: resultados preliminares. Belo Horizonte: FJP, 2017.

GALVÃO, A. A.; ROCHA, M. M. Mobilidade social e questão territorial em Maringá - PR: o caso dos moradores do bairro Santa Felicidade. **Revista Geografar**, Curitiba, v. 5, n.1, p. 132-154, 2010. <https://doi.org/10.5380/geografar.v5i1.17785>

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 6ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

GOMES, Luiz Henrique. Natal tem déficit de 40.000 mil moradias. **Tribuna do Norte**, Natal, 16 de maio de 2018. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/natal-tem-da-ficit-de-40-mil-moradias/413065>. Acesso em: 29 jul. 2020.

GONÇALVES, Luciane Dias; SANTOS, Dulcinéia Gabriela Medeiros. Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a educação: contribuição dos movimentos sociais para a formação docente. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 12, n. 1, p. 56-65, jan./jun. 2013. <https://doi.org/10.14393/REP-v12n12013-art05>

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. volume 6, tradução, organização e edição Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRASSI, Amaro. Cidades médias têm maior crescimento econômico do país. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 05 de julho de 2008. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0507200837.htm>. Acesso em: 21 jul. 2020.

GUIMARÃES, Raul B.; VIEIRA, Alexandre V.; NUNES, Marcelo. Cidades médias: territórios da exclusão. **Cidades**, v. 2, n. 4, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Indicadores sociais municipais 2010: incidência de pobreza é maior nos municípios de porte médio. **IBGE**, 16 de novembro de 2011. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&idnoticia=2019&view=noticia>. Acesso em: 21 de jul. 2020.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25089-censo-1991-6.html?=&t=microdados>. Acesso em: 15 de ago. 2020.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Base cartográfica do IBGE**, 2019.

IKUTA, Fernanda Keiko. **A luta pela moradia em Presidente Prudente para além de quatro paredes**: Uma contribuição para a reflexão geográfica dos movimentos sociais urbanos. **Revista Pegada**, v. 1, n. 1, 2000. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/756/775>. Acesso em: 26 jul. 2020.

LACOSTE, Y. **A geografia**: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 14. ed. São Paulo: Papirus, 2008. <https://doi.org/10.33026/peg.v1i1.756>

LOBATO, Mateus Monteiro; EMMI, Marília Ferreira. Globalização e reestruturação espacial na fronteira: o impacto da implantação de grandes obras na cidade de Marabá - Pará. **Espaço e Economia** [Online], N. 4, 2014. Disponível em: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/856>. Acesso em: 18 jul. 2020. <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.856>

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Org.). **Cidade do pensamento único**: Desmanchando consensos. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 121-192.

MASCHIO, José. PAC prevê “desfavelizar” área sem favela. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 10 de fevereiro de 2008. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1002200816.htm>>. Acesso em: 09 de jul. 2020.

MATOS, R. Aglomerações urbanas, rede de cidades e desconcentração demográfica no Brasil. In: **Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 10, Caxambu, 2000. Anais. Belo Horizonte: ABEP, 2000.

MATOS; Ralfo Edmundo da Silva; RAMOS, Edivaldo Fernandes. Interiorização da urbanização e a discussão sobre cidades médias no Brasil. **Geografia em Questão**, v. 8, n. 2, pág. 72-92, 2015.

MELAZZO, E.S. Interações, combinações e sinergias: produção do espaço urbano, dinâmicas imobiliárias e o programa Minha Casa Minha Vida em cidades médias brasileiras. In: **Urbanização, produção e consumo em cidades médias/intermediárias**. Presidente Prudente:Universidade Estadual Paulista; Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida. 2015.

MIDIAMAX. Atraso de 8 meses na entrega de casas deixa 353 famílias sem moradias. **Midiamax**. Dourados, 09 de maio de 2017. Disponível em: <<https://www.midiamax.com.br/cotidiano/2017/atraso-de-8-meses-na-entrega-de-casas-deixa-353-familias-sem-moradia>>. Acesso em: 11 de jul. 2020.

NASCIMENTO, Agnaldo da Silva. **No vazio, caberiam casas, parques, fábricas... caberia muita cidade**. 2014. 142 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, SP, 2014.

OLIVEIRA JUNIOR, Gilberto Alves de. Redefinição da centralidade urbana em cidades médias. **Soc. nat. (Online)**, Uberlândia, v. 20, n. 1, p. 205-220, jun. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-45132008000100014&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 jul. 2020.

OLIVEIRA, Nathalia C. Os movimentos dos sem-teto frente aos governos Lula. In: **Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina**. Imperialismo, nacionalismo e militarismo no Século XXI 14 a 17 de setembro de 2010, Londrina, UEL. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_ivsimp/qt5/13_NathaliaOliveira.pdf. Acesso em: 18 jul. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1982-45132008000100014>

OLIVEIRA, Valdeir Claudinei de. **O espaço social em questão: o Movimento de União dos Sem-Teto em Ribeirão Preto**. 2005. 102 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2005. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/98546>>. Acesso em: 14 jul. 2020.

PAIVA NETO, Francisco Fagundes. **Mitologias do país de Mossoró**. Natal, RN, 1997. 166p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1997.

PEQUENO, R; ELIAS, D. Estruturação urbana e questão da moradia nas cidades do agronegócio. **GeoTextos**, vol. 16, n. 1, 109-136, julho 2020. <https://doi.org/10.9771/geo.v16i1.37591>

PINASSI, M. O. O lulismo, os movimentos sociais no Brasil e o lugar social da política. **Revista Herramienta**, Buenos Aires, 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18584>. Acesso em: 28 ago. 2020.

POCHMANN, Marcio. **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide salarial brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.

QUEIROZ, Rodrigo José de Góis. **Território, cidade informal e resistência sertaneja: Um olhar sobre a cidade de Mossoró**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2017. 134 f

RECHE, Daniella. **Leis e planos urbanos na produção da cidade: o caso de Chapecó, SC** / Daniella Reche. – Florianópolis, 2008. 154 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) -- Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

RIZEK, Cibele Saliba; AMORE, Caio Santo; CAMARGO, Camila Moreno de. Política social, gestão e negócio na produção das cidades: o programa minha casa minha vida "entidades". **Cad. CRH**, Salvador, v. 27, n. 72, p. 531-546, dez. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792014000300006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 ago. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792014000300006>

RODRIGUES, E. A **Estratégia Fundiária dos movimentos populares na produção autogestionária da moradia**. 2013. 233 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

RODRIGUES, Glauco Bruce. Quando a política encontra a cultura: a cidade vista (e apropriada) pelo movimento hip hop. **Revista Cidades**, Presidente Prudente, v. 6, n. 9, p. 93-120, 2009.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso. **Marabá**: centralidade urbana de uma cidade média paraense, 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2010. 188 f.

ROLNIK, R.; KLINTOWITZ, D. e IACOVINI, R. F. Habitação em municípios paulistas: construir políticas ou “rodar” programas? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 16, pp. 149-165, 2014. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2014v16n2p149>

ROLNIK, Raquel. Democracia no fio da navalha: limites e possibilidades para a implantação de uma agenda de Reforma Urbana no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. v.11, N.2 / novembro, 2009. P. 31-50. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2009v11n2p31>

_____. **Guerra dos lugares**. *A colonização da terra e da moradia na era das finanças*. 2ª ed. São Paulo, Boitempo, [2015] 2019.

SALMAZI, Henrique Piovezan. **Papel em branco**: uma análise dos vazios urbanos na cidade de Maringá. 51f. 2019. Artigo apresentado ao Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UniCesumar – Centro Universitário de Maringá, 2019.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SHIMBO, L. Z. **Habitação Social, Habitação de Mercado**: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro. Tese de Doutorado (Programa de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo (USP), 2010, 361p.

SILVA FILHO, Clidenor Barreto da. **Práticas clientelistas e dádivas como estratégias de hegemonia política**: uma análise sobre o campo da saúde em Mossoró-RN. 2011. 127 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

SILVA, Ilse Gomes. A agenda conservadora assume o centro da cena política no Brasil. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 36, p. 140-150, jan./jun. 2016.

SILVEIRA, M.L. Globalização, trabalho, cidades médias. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro, nº 11, p. 11-17. 2002.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Repensando as cidades médias brasileiras no contexto da globalização. **Formação**, Presidente Prudente, n. 6, 1999. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/1167>. Acesso em: 15 jul. 2020.

SOARES, Jamilson Azevedo. **A juventude nos enredos da cidade, da cultura e do lazer**: panis et circenses no ‘país de Mossoró’, 2015. 269f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. 269f.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O que pode o ativismo de bairro?** Reflexões sobre as Limitações e Potencialidades do Ativismo de Bairro à Luz de um Pensamento Autonomista. Dissertação de mestrado (mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

SOUZA, Marcelo Lopes de; RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento Urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004. 136p. (coleção paradidáticos: série sociedade, espaço e tempo).

_____. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 632p.

SOUZA, Maria Ângela de Almeida. Pensando a política nacional de habitação para a diversidade das famílias e dos municípios brasileiros. In: Bitoun, Jan; MIRANDA, Livia (Org.) **Desenvolvimento e Cidades no Brasil**: contribuições para o debate sobre políticas territoriais. Recife: FASE, Observatório das Metrópoles, 2009.

SOUZA, Marcus Vinicius Mariano de. **O Projeto Alpa e a produção do espaço urbano em Marabá (PA): a cidade-mercadoria e as desigualdades socioespaciais**. 2015. 324 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015a.

SOUZA, Lucas B. A Hipérbole Mercantil da Expansão Urbana e suas Implicações Ambientais. *Revista Mercator*. Fortaleza, v. 14, n. 4, dez. 2015b. Disponível em:

<<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/view/1785/628>>. Acesso em: 04 out. 2020. <https://doi.org/10.4215/RM2015.1404.0012>

SOUZA, Priscila de Almeida. **A desfavelização na cidade sem favelas: uma análise do PAC Santa Felicidade em Maringá-PR**, 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Maringá: Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2018. 172 f.

SOUZA, Célio Lima de. **Análise de vazios urbanos no centro da cidade de Ituiutaba/MG**. Monografia (Licenciatura e Bacharelado em Geografia) - Instituto de Ciências Humanas do Pontal Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, MG, 2019. 47 f.

SPINELLI, Juçara; SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Reestruturação econômica e reprodução do espaço urbano, reflexos sobre o mercado imobiliário de cidades médias. *Geo UERJ* - Ano 15, nº. 24, v. 2, 2º semestre de 2013. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/269434510_REESTRUTURACAO_ECONOMICA_E_REPR ODUCAO_DO_ESPACO_URBANO_REFLEXOS SOBRE O MERCADO IMOBILIARIO DE CIDAD ES_MEDIAS. Acesso em: 14 jul. 2020. <https://doi.org/10.12957/geouerj.2013.5342>

SPOSITO, M. E. B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: _____. (org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: [s.n.], 2001. p.609-643.

_____. Loteamentos fechados em cidades médias paulistas – Brasil, in: SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação; SOBARZO, Oscar (org.), **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**, São Paulo, Expressão Popular, 2006, p. 175-197.

TANAKA, Giselle. **Planejar para lutar e lutar para planejar: Possibilidades e Limites do Planejamento Alternativo**. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, RJ, 2017. 287 f.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair C. MALHEIRO, Bruno Cezar P.; RODRIGUES, Jovenildo C.; AMARAL, Márcio D. B.; RIBEIRO, Rovaine. **Uma cidade média na Amazônia oriental: a centralidade urbano-regional de Marabá no sudeste paraense**. Mimeo 135 p. (relatório de pesquisa), Belém, 2011.

VALENCIANO, Tiago. A família barros na política paranaense. In: **Anais do XI Seminário de Ciências Sociais** - 21 a 25 de outubro de 2013. Ciências Sociais em foco: facas do Brasil no mundo contemporâneo Universidade Estadual de Maringá. Departamento de Ciências Sociais, 2013. Disponível em: <http://www.dcs.uem.br/xiseminario/gtvi/a7.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2020.

VIEIRA, Alexandre Bergamin. Poder Público e mercado imobiliário: os promotores da exclusão social em cidades médias. In: **Egal 2009 – 12 Encuentro de Geógrafos de América Latina** – Programa online. 2009, Montevideu. Resumos... Montevideu, 2009 Disponível em:

<http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiar bana/222.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2020.

WHITACKER, Arthur Magon. «Inovações tecnológicas, mudanças nos padrões locais e na configuração da centralidade em cidades médias». **Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, [en línea], 2007, Vol. 11,

<https://www.raco.cat/index.php/ScriptaNova/article/view/74051>. Acesso em: 15 jul. 2020.

Recebido em: 28/12/2020

Aceito para publicação em: 04/03/2021